

Aos Trabalhadores da Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização

ELECTRICIDADE

A pulverização do sector em Portugal realizou-se a mando de «Directivas» Comunitárias, impostas pelas grandes multinacionais, votadas no Parlamento Europeu por PS/PSD/CDS e por eles executadas em Portugal nos sucessivos governos.

Mas se olharmos para um país como a França, percebemos que mantiveram o sector unido e público, e que o que diziam obrigatório para Portugal não o foi para outros.

O país perdeu milhares de milhões de euros, que foram embolsados pelos accionistas dos vários grupos que se alimentam do sector. E perdeu capacidade de direcção de um dos mais estratégicos sectores de qualquer economia: a produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade.

Hoje uns accionistas metem o Estado em Tribunal para exigir o pagamento de rendas excessivas que sucessivos governos lhes ofereceram. Outros accionistas apresentam os planos estratégicos para a «Electricidade de Portugal» em Londres, e tendo como prioridade o aumento dos investimentos na América do Norte e na Europa e a liquidação de activos estratégicos em Portugal.

E o processo continua, com as «directivas» a mandarem pulverizar a distribuição em baixa tensão que tanto trabalho deu a unificar e a mandarem apagar o nome da EDP da Distribuição.

Mas a União Europeia - e aqueles que em Portugal executam as suas ordens, o PS, o PSD e o CDS - não se limita a agir no sentido de arrancar os sectores estratégicos a cada país, liquidando a sua soberania e as possibilidades de um desenvolvimento autónomo. Age igualmente para impor o aumento da exploração dos trabalhadores.



Há 20 anos atrás, o sector era composto por 16 mil postos de trabalho directos, estáveis, com remunerações dignas e direitos protegidos por uma contratação colectiva livremente negociada. As empresas públicas eram um pilar de desenvolvimento, pois só há desenvolvimento com estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Hoje, esses mesmos 16 mil postos de trabalho estão repartidos por uma centena de empresas, numa crescente precariedade, com subcontratações em cima de subcontratações, com o aumento da exploração da força de trabalho.

A liberalização imposta pelas directivas comunitárias foi ótima, como prometeram PS/PSD/CDS: foi ótima para eles e para a classe que os alimenta, a grande burguesia nacional e internacional. Mas liberalização foi péssima, como alertou o PCP, para os trabalhadores e a soberania nacional. É tudo uma questão de opção, de opção pelos interesses de uma ou outra classe.

É tempo de reafirmar que o futuro soberano de Portugal e a possibilidade de uma vida digna para os trabalhadores e o povo português passam – também - por criar as condições para a reunificação do sector numa EDP pública e nacional, colocada ao serviço do desenvolvimento de Portugal.

Nas eleições de 26 de Maio, há muitos candidatos a serem os representantes das multinacionais europeias em Portugal. A CDU candidata-se para representar no Parlamento Europeu os interesses dos trabalhadores e do povo português, e para lutar pela soberania nacional.

No País e na Europa: defender o Aparelho Produtivo Nacional, valorizar o trabalho e os trabalhadores!

No dia 26 de Maio

Dá força a quem dá força à luta dos trabalhadores!

Avançar é preciso!

PCP-PEV

